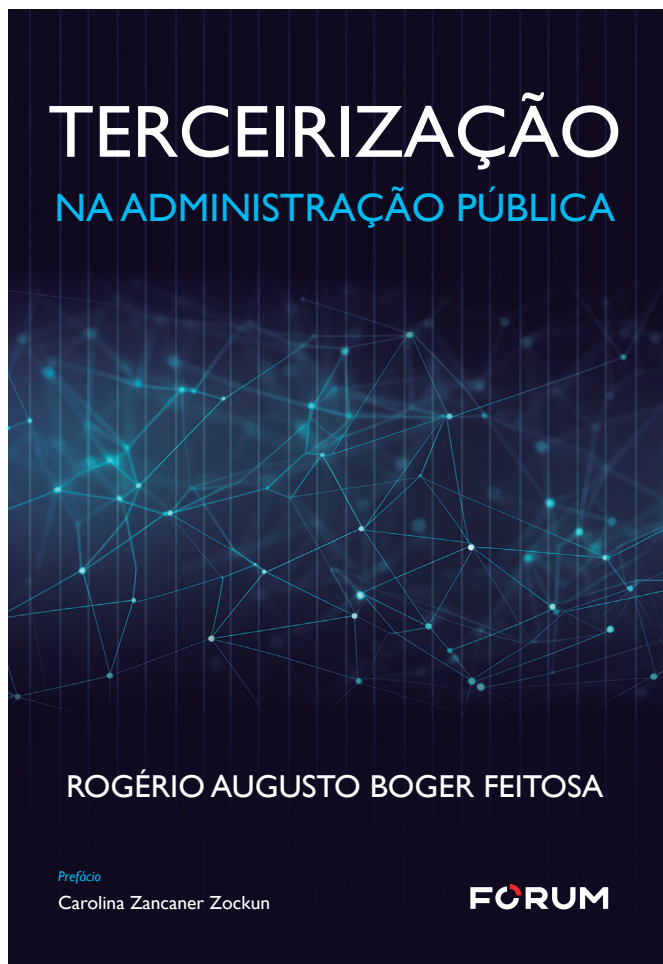


ROGÉRIO AUGUSTO BOGER FEITOSA

Carolina Zancaner Zockun
Prefácio

TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



Na obra *Terceirização na Administração Pública*, o autor aborda o tema das terceirizações sob o crivo da Teoria dos Fatos Jurídicos, buscando desvendar as fronteiras de licitude dos fatos terceirizantes praticados no âmbito da Administração Pública à luz da exigência constitucional do concurso público, além de examinar a eficácia das terceirizações implementadas nesse campo sob perspectivas jurídicas diversas. A obra tem como pano de fundo o contexto jurídico consolidado posteriormente à Reforma Trabalhista e às decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal sobre a matéria em sede de repercussão geral, dando-se destaque às disposições normativas sobre o tema constantes da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Federal nº 9.507/2018.

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO

Áreas afins

DIREITO PÚBLICO

DIREITO DO TRABALHO

Palavras-chave

Terceirização; Administração Pública;
Concurso público; Eficácia jurídica.

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm
CÓDIGO SANKHYA: 3436

F311t

Feitosa, Rogério Augusto Boger

Terceirização na Administração Pública / Rogério Augusto Boger Feitosa. Belo Horizonte: Fórum, 2024.

324p. 14,5x21,5cm

ISBN impresso 978-65-5518-789-2

ISBN digital 978-65-5518-788-5

1. Terceirização. 2. Administração Pública. 3. Concurso público. 4. Eficácia jurídica. I. Título.

CDD 350

CDU 35

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FEITOSA, Rogério Augusto Boger. *Terceirização na Administração Pública*. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 324p. ISBN 978-65-5518-789-2.

ROGÉRIO AUGUSTO BOGER FEITOSA

Graduado em Direito pela PUC-Rio (2009). Mestre em Direito Administrativo pela PUC-SP (2022). Procurador do Estado na PGE/SP entre 2013 e 2015. Desde então, Procurador do Município na PGM/SP.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS | 11 |
| SUMÁRIO | 13 |
| PREFÁCIO | |
| Carolina Zancaner Zockun | 15 |
| INTRODUÇÃO | 17 |
| CAPÍTULO 1 | |
| CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA | 21 |
| 1.1 Terceirização no mundo empresarial | 22 |
| 1.1.1 Taylorismo | 24 |
| 1.1.2 Fordismo | 25 |
| 1.1.3 Toyotismo | 27 |
| 1.1.4 Terceirização como prática consolidada de gestão empresarial | 30 |
| 1.2 Terceirização no Estado | 32 |
| 1.2.1 Estado Liberal | 35 |
| 1.2.2 Estado Social | 37 |
| 1.2.3 Estado Pós-Social | 41 |
| 1.2.4 Terceirização no Estado brasileiro | 45 |
| CAPÍTULO 2 | |
| ASPECTOS PRELIMINARES | 51 |
| 2.1 Conceito de terceirização | 52 |
| 2.2 Classificações | 63 |
| 2.3 Natureza jurídica | 68 |
| 2.4 Abrangência no campo público | 77 |
| 2.5 Evolução normativo-jurisprudencial | 87 |
| CAPÍTULO 3 | |
| TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, REFORMA TRABALHISTA E AS ATIVIDADES-FIM | 97 |
| 3.1 Limites de licitude e a Súmula nº 331 do TST | 99 |
| 3.2 Reforma Trabalhista e a virada jurisprudencial | 104 |
| 3.3 Terceirização de atividades-fim na Administração Pública | 111 |
| 3.4 Terceirização de atividades materiais e a Lei Federal nº 14.133/2021 | 123 |
| CAPÍTULO 4 | |
| TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O CONCURSO PÚBLICO | 133 |
| 4.1 Cargo, emprego e função | 134 |
| 4.1.1 Espécies de cargos e empregos | 141 |
| 4.1.2 Criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções | 150 |
| 4.1.3 Formas de extinção de cargos, empregos e funções | 156 |
| 4.2 Exigência constitucional do concurso público | 164 |
| 4.2.1 Alcance da incidência normativa | 171 |
| 4.2.2 Contratação de servidores temporários | 181 |
| 4.3 Violações à exigência do concurso público | 188 |
| 4.3.1 Violação reflexa e o debate jurídico | 195 |
| 4.3.2 Elementos da licitude das terceirizações no âmbito estatal | 218 |
| 4.3.3 Decreto Federal nº 9.507/2018 e a Constituição Federal | 228 |

CAPÍTULO 5

TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A SUA EFICÁCIA JURÍDICA

237

| | | |
|-------|--|-----|
| 5.1 | Eficácia jurídica sob a perspectiva laboral..... | 238 |
| 5.1.1 | Efeitos justrabalhistas e as terceirizações em geral | 240 |
| 5.1.2 | Particularidades da Administração Pública | 249 |
| 5.1.3 | Responsabilidade estatal e o crivo da licitude..... | 264 |
| 5.2 | Eficácia jurídica sob perspectivas diversas..... | 274 |
| 5.2.1 | Efeitos comerciais, fiscais e previdenciários | 274 |
| 5.2.2 | Responsabilidade civil extracontratual..... | 277 |
| 5.2.3 | Efeitos sobre os limites das despesas com pessoal..... | 281 |
| 5.2.4 | Direitos de candidatos aprovados em concurso público | 288 |

CONCLUSÃO293

REFERÊNCIAS.....303